

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.626 - SP (2019/0260866-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : FUAD SAYAR
RECORRENTE : MARIA HELENA MANTOVANI SAYAR
ADVOGADOS : MARCELO DE ALMEIDA TEIXEIRA - SP115125
STEPHANIE ROMAN DELICATO - SP350904
RECORRIDO : MARCILIO MARQUES DE JESUS
RECORRIDO : VERALICE MARQUES DE JESUS SIANCIULIS
RECORRIDO : MARCIA REGINA MARQUES DE JESUS PADOVEZE
RECORRIDO : LUIZ ROBERTO MARQUES DE JESUS
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS RIGHETTI - SP050282

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de embargos à execução.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FUAD SAYAR e MARIA HELENA MANTOVANI SAYAR, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 06/05/2019

Processo distribuído ao Gabinete em: 04/09/2019

Ação: de embargos à execução ajuizada pelos recorrentes, em face de MARCÍLIO MARQUES DE JUESUS e OUTROS, na qual alegam que, em razão de não serem partes na ação renovatória, eles não poderiam garantir o pagamento do montante revisado do aluguel.

Superior Tribunal de Justiça

Sentença: julgou procedentes os embargos à execução, julgando extinta a ação principal com base no art. 485, IV e VI, do CPC, condenando os embargados ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios.

Acórdão: deu provimento ao recurso de apelação interposta pelos recorridos, nos termos do aresto assim ementado:

Embargos à execução fundada em contrato de locação.

Fiadores que não figuraram como parte na ação revisional, cuja decisão majorou os aluguéis. Irrelevância. Fiança que se estende até a devolução das chaves. Recurso provido (e-STJ fl. 245).

Embargos de declaração: opostos pelos recorrentes foram parcialmente acolhidos para corrigir erro material, sem efeitos infringentes ao julgado (e-STJ fls. 268/272).

Recurso Especial: os recorrentes sustentam, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 506, 513, § 5º, 523, 527 e 784, VIII, do CPC, defendendo que eles não poderiam ser atingidos pela sentença por serem terceiros estranhos à lide, visto que não participaram da ação revisional; que o locador não pode exigir na execução, aquilo que não se admite no cumprimento de sentença; que eles não anuíram, quando da concessão da fiança, a responder por eventual diferença apurada em ação revisional; e que a execução por ser de um título judicial, deveria se dar na 6ª Vara Cível de Santo André e alcançar pessoas que participaram da elaboração do título.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015

- Da ausência de prequestionamento

Quanto à suposta negativa de vigência aos arts. 513, §5º, 523 e 527 do CPC e as teses defendidas pelos recorrentes para demonstrar sua vulneração, tem-se que esses não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, restando ausente o prequestionamento ensejador da interposição do recurso especial. Aplica-se, na espécie, a Súmula 282/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Em relação à negativa de vigência aos arts. 506 e 784, VIII, do CPC, observa-se que, embora tenha sido opostos embargos de declaração para vê-los prequestionados, tem-se que não houve manifestação do Tribunal de origem ao conteúdo neles insertos. Incide, também, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

O recurso também não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, quando o dissídio não é apresentado adequadamente, em razão da ausência de indicação do dispositivo de lei federal sobre o qual se teria dado interpretação divergente. Incidência da Súmula 284/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% atualizado do valor da execução (e-STJ fl. 250) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora